



Edição Número 230 de 01/12/2005

Secretaria-Geral da Presidência da República
Presidência da República
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE
DEFICIÊNCIA

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2005

Aos dois dias do mês de março de dois mil e cinco, em Brasília, Distrito Federal, foi realizada a trigésima nona reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, presidida pelo presidente Prof. Adilson Ventura, representante da União Brasileira de Cegos. Estavam presentes: João Carlos Martins Neto, Ministério da Ciência e Tecnologia; Ritamaria Aguiar, Ministério da Cultura; Cláudia Maffini Griboski, Ministério da Educação; Sheila Miranda Silva, Ministério da Saúde; Renato Boareto, Ministério das Cidades; Ana Maria Lima Barbosa, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Rivaldo Araújo, Ministério do Esporte; Marcos Cordeiro de S. Bandeira, Ministério dos Transportes; Maria Madalena Nobre, Ministério do Turismo; Izabel Maria Loureiro Maior, Secretaria Especial de Direitos Humanos; Maria do Carmo Tourinho, da ABRA; Manoel Dias Santa Rosa, da Associação Brasileira de Educação de Deficientes Visuais - ABEDEV; Cândida Carvalheira, da

ABRASO; Waldir Macieira, da Associação Nacional do Ministério Público AMPID; Janilton Lima, da Confederação Nacional do Comércio - CNC; Sr. Genézio, da CEPDE/RJ; Emerson Cañas, suplente do Conselho Estadual de São Paulo; Conselheiro Idari, representante dos Conselhos Municipais do COMPOD; Alexandre Baroni, do Conselho Nacional dos Centros e Vidas Independentes - CVI-BRASIL; Regina Atalla, suplente da CVI-BRASIL; Antonio Carlos Sestaro, Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Sergio Sá, da FCD-Br; Luiz Alberto Silva, Federação Nacional das Apaes; Lizair de Moraes Guarino, Federação das Sociedades Pestalozzi; Rodrigo Malta, representante da FENEIS; Arthur Custódio Moraes de Sousa, MORHAN; Regina Barata, representante da Organização Nacional da Entidade de Deficiente Físico; Dr. Mauro Pena, da Associação Brasileira de Medicina Física e Reabilitação; Flozilene de Souza Oliveira, MPF/PFDC; Luiz Augusto Chiamelli, Presidente da FADERG do Rio Grande do Sul; e Telma Silva Hoelz, da Associação Fluminense de Reabilitação de Niterói-RJ. O presidente Prof. Adilson Ventura deu as boas vindas a todos lamentando o baixo quorum. Em suas palavras de abertura disse esperar que o Conselho, no corrente ano, alcance suas metas e consiga ser uma entidade atuante, respeitada e com credibilidade, trabalhando em conjunto com os conselhos estaduais e municipais, com os conselheiros e com os representantes da sociedade civil e das diversas organizações vinculadas. O presidente lamentou o fato de que grande parte dos brasileiros não sabia da existência do CONADE e que ele atua com representantes da sociedade e do governo para planejar políticas e ações voltadas para atender às necessidades da pessoa portadora de deficiência. Ressaltou que cabe ao Conselho fazer a divulgação dos trabalhos. O presidente disse ainda que todos os assuntos são importantes e que nenhuma ação, nenhuma idéia, nenhum problema tratado no CONADE, deve ser desmerecido. Após a abertura conclamou os membros para uma rápida apresentação. Na seqüência, o presidente informou o falecimento da conselheira Neide Barriguelli em janeiro do corrente ano. Destacou que a conselheira foi uma pessoa lutadora e dedicada à causa dos transplantados. Em seguida, a Sra. Izabel Maria Loureiro Maior disse ter convivido durante muito tempo com a conselheira

Neide e que ela batalhava não apenas pelos pacientes renais, mas era defensora da causa da saúde no Brasil. A Sra. Ana Maria Barbosa registrou os trabalhos que Neide Barriguelli fez para a inclusão de novos medicamentos para os doentes renais crônicos e na luta contra os planos de saúde. O Sr. Waldir Macieira da Costa Filho, demonstrou seu consternamento pelo falecimento da conselheira Neide e registrou a dificuldade que ainda passam aqueles portadores de doença renal crônica. Citou o caso de Belém do Pará, onde o Ministério Público teve que elaborar uma ação civil pública para garantir a gratuidade do passe livre no transporte urbano e intermunicipal para os portadores de deficiência renal crônica, já que as empresas de ônibus entendiam que estes doentes não seriam considerados portadores de deficiência. Logo após, o presidente agradeceu as colocações e disse esperar que o substituto da Conselheira Neide Barriguelli passe a fazer parte tão logo do CONADE. Depois disto, solicitou aos presentes, que fizessem um minuto de silêncio em memória da Conselheira Neide Barriguelli. Em seguida, o presidente lembrou que o Governo Federal criou, no início de 2003, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Social, órgão presidido pelo Presidente da República, com noventa conselheiros representando organizações, entidades da sociedade civil e de alguns órgãos do governo. Segundo ele, o senador Flávio Arns, na época, havia dito que era importante que o CONADE e as pessoas com deficiência tivessem participação e representação neste Conselho. Disse ter recebido a informação da Sra. Izabel de que a Secretaria Especial foi consultada via Dr. Paco, sobre a possibilidade da indicação de um representante para fazer parte do Conselho Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Disse que foi sugerido o seu nome como titular e, como suplente, o Sr. Messias Tavares. Informou terem recebido o convite e que foram chamados ao Palácio do Planalto pelo Ministro Jacques Wagner que formulou o convite oficialmente em nome do Senhor Presidente da República. Disse ainda que solicitou como assessora a Sra. Márcia, que também aceitou o convite. Já com quorum suficiente, a reunião, a partir deste ponto, teve força de deliberação. Os trabalhos foram iniciados com a distribuição da Pauta da Reunião para conhecimento, análise e socialização dos assuntos, e aberta à inserção de assuntos ou modificações. O Sr. Mauro Pena

solicitou a inclusão na pauta da leitura do encaminhamento feito ao CONADE pela Associação Fluminense de Reabilitação, entidade de nome e reputação no Estado do Rio em um pleito para que o CONADE apóie o encaminhamento deles ao Ministério da Saúde sobre a revisão na tabela em vigor relativa ao pagamento dos serviços de reabilitação. O Sr. Genézio contrapôs sua posição em relação às colocações ao Dr. Mauro Pena alertando que a proposta apresentada não era condizente com as atribuições do CONADE e ressaltou que o objetivo do CONADE é a defesa das pessoas portadoras de deficiência. Segundo ele, todas as colocações feitas são pertinentes, porém elas não se destinariam ao tema do CONADE. Segundo ele, tabela de preços não devem ser assuntos da reunião. O presidente solicitou que a questão fosse submetida à votação. A Sra. Izabel disse que as pessoas com deficiências do Estado do Rio de Janeiro e de vários estados brasileiros estavam dependendo do Estado. Disse que estão tentando aperfeiçoar o trabalho no momento em que a situação desses convênios se deterioraram através de um pagamento que não correspondem à tabela do passado e foram calculada minimamente para o atendimento às pessoas. Citou o caso da Associação Beneficente de Reabilitação de Deficientes que estava com noventa leitos fechados, o que considerou gravíssimo para todo país já que recebe pacientes de todos os estados. Defendeu que era função do CONADE acompanhar tais políticas públicas. O presidente abriu espaço para que os membros manifestassem suas opiniões. O Sr. Sérgio disse ser pertinente a reivindicação por conta da defasagem de repasses, mas concordou que o assunto não era atribuição do CONADE. O presidente colocou o assunto em votação da plenária. Dezesete conselheiros votaram pela inclusão, tendo cinco votos contrários e uma abstenção. O Sr. Luiz Alberto solicitou a união dos conselheiros para não perderam a identidade de luta caracterizada pelo CONADE. Dando prosseguimento à reunião, o presidente solicitou que fosse analisada a Ata da XXXVIII Reunião Ordinária pelos presentes e perguntou se algum membro gostaria de fazer alguma consideração em relação à mesma. O Conselheiro Genézio disse ter achado a Ata muito sumária e que havia um prejuízo na parte do encontro de conselhos. O presidente pediu para que se incluísse o restante da

redação para completar a idéia em relação à questão RIAD. O Sr. Mauro Pena solicitou a correção de seu nome por ter saído incorreto bem como a substituição do nome da entidade que representa para Associação Brasileira de Medicina Física e Reabilitação Mauro Pena. A Sra. Cândida solicitou a troca do termo suplente por titular. Após estes acertos, a ata foi aprovada. Eleição da Vice-Presidência. O Sr. presidente disse que, com a saída do conselheiro Rafael Miranda do Ministério da Educação, o cargo de vice-presidente do CONADE estava vago e era necessária uma nova eleição para preencher o cargo para o mandato até meados de 2006. Perguntou se havia algum candidato. Com a palavra, o Sr. Sérgio disse que levando em consideração a questão estatutária da paridade entre governo e sociedade civil e pelo fato de que o presidente pertencia à sociedade civil, sugeriu que o cargo de vice-presidente fosse ocupado por um representante do Governo. Indicou o nome da conselheira Ana Maria. Com a palavra, a Sra. Izabel Maria concordou em manter a paridade entre sociedade civil e governo e indicou o nome da conselheira Ritamaria Aguiar. O Sr. Idari referendou o nome da conselheira Ana Maria. A Sra. Maria do Carmo argumentou que a conselheira Rita Maria era uma pessoa lutadora pela causa de todos portadores de deficiências. Sem mais candidaturas inscritas, o Sr. presidente perguntou se as indicadas aceitariam a candidatura e obteve resposta positiva das duas. Logo após, passou-se para a votação aberta. A candidata Ana Maria recebeu onze votos e a candidata Ritamaria recebeu quatorze votos. O Sr. presidente anunciou então que a Sra. Ritamaria era a nova vice-presidente do CONADE empossada para o mandato até dois mil e seis. A Sra. vice-presidente agradeceu a indicação de todos e deixou clara sua vontade de lutar e de trabalhar para fazer o melhor possível. Apresentação do relatório de gestão da CORDE e o planejamento de 2005. A Sra. Márcia Melo disse que o tema era de interesse de todos os conselheiros, já que é função do Conselho analisar o relatório da gestão da CORDE e das ações desenvolvidas no ano anterior. Falou que está estabelecido nas atribuições do CONADE, opinar, sugerir, participar e acompanhar a execução do planejamento do CONADE para o exercício futuro. Com a palavra a Sra. Izabel Maior, coordenadora da CORDE, disse que era

obrigatório na primeira reunião do CONADE, que a CORDE apresentasse o plano de ação para 2005. Em seguida fez a apresentação do relatório, que será apenso à presente Ata, como também o plano de ação para 2005 da CORDE. Em seguida, os conselheiros fizeram perguntas sobre o tema apresentado. O Sr. Waldir Macieira relatou que a apuração de denúncias de violações de direito e preconceitos de discriminação deviam ser divulgadas, bem como os vários programas e projetos de fomentação, inclusive, pela CORDE. Reforçou o encaminhamento dessas denúncias ao Ministério Público, seja o Federal, do Trabalho ou dos Estados. Disse que tem recebido, como Promotor de Justiça de Belém, algumas denúncias encaminhadas pela CORDE para apuração. A seu ver, disse que não cresceu o desrespeito às pessoas portadoras de deficiência e sim, o conhecimento dos cidadãos portadores de deficiências de seus direitos, por meio desses programas, muitos patrocinados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Falou ainda da importância da participação da CORDE no Fórum Nacional da Saúde Mental apresentando ações preventivas que podem ser fomentadas junto ao fórum, principalmente direcionadas à crianças e gestantes. Falou ainda que gostaria que fosse considerado pela CORDE a questão das verbas para próteses. Considerou possível que as liberações de verbas pudessem ser enviadas por um relatório para cada município. Considerou que as pessoas esperam até um ano nas filas dos municípios por uma prótese, órtese ou até cadeira de rodas. Quanto ao GT sobre políticas públicas para a inclusão das pessoas com deficiências perguntou à conselheira se todos os ministérios participavam das discussões, em especial o do Turismo por entender que haveria a necessidade de projetos para formação de guias de turismo direcionados à pessoa portadora de deficiência. Questionou a participação no Conselho Nacional de Trânsito, CONTRAN, para que pudesse discutir com os DETRAN's e com os estados garantias de veículos adaptados para a realização de provas para a habilitação de novos motoristas portadores de deficiência. Finalizou sua participação mencionando a Conferência Nacional de Direitos Humanos, onde sentiu a ausência do CONADE e dos demais Conselheiros na Conferência. Relatou ter participado na ocasião como Delegado do seu estado e disse ter

testemunhado o empenho da coordenadora e da equipe da CORDE Lamentou o número reduzido de pessoas presentes lutando pelos portadores de deficiência e disse que os negros, homossexuais, mulheres, sem terra, estavam presentes em peso na Conferência. Registrou ainda que foi a primeira vez que a Conferência foi deliberativa e também prestigiada pelo Presidente da República. Logo depois, o Sr. Artur Custódio de Sousa demonstrou sua preocupação na questão da região Norte e do DAC. Lembrou da realização de uma oficina onde se verificou a forte pressão das empresas para diminuir o número de contratações de portadores de deficiência. Ao seu ver, disse que caberia ao CONADE a elaboração de uma chamada que pedisse o aumento do prazo. Por último falou sobre a questão da contingência do orçamento do Conselho Nacional de Saúde. Solicitou que fosse prática em todas as reuniões do conselho, o acompanhamento orçamentário. Segundo ele, se fosse divulgado que haveria um contingenciamento, os movimentos se mobilizariam para que isso não ocorresse. Em seguida a Sra. Madalena indagou quais seriam as estratégias que a CORDE estaria implementando e elaborando para se ter a posição de que o orçamento não diminuiria. Aproveitou a oportunidade para parabenizar a CORDE por tantas ações implementadas e participações no ano de 2004. O sr presidente lamentou a diminuição gradativa e ostensiva dos recursos destinados às pessoas portadoras de deficiências, dos projetos, das ações voltadas ao benefício dos deficientes no Brasil e das organizações que prestam serviço para essas pessoas. Comentou que o dinheiro é cada vez menor e o problema aumenta sempre. Concordou com a proposta de que houvesse um órgão de controle, observação e avaliação, que fizesse acompanhamento e previsão dos possíveis contingenciamentos. Defendeu que os recursos da CORDE deveriam ser destinados às ações que beneficiariam diretamente as pessoas com deficiências. Disse que as ações de capacitação deveriam ser desenvolvidas pelos ministérios da Educação, Saúde, Trabalho e outros. Indagou se o CONADE não poderia opinar sobre o destino dos recursos voltados para a área das deficiências. Com a palavra a Sra. Regina disse que os planos de ação desenvolvidos foram muitos frente aos poucos recursos destinados. Sugeriu que o orçamento do CONADE fosse analisado e estudado no

início das reuniões ordinárias, para melhor acompanhamento dos investimentos realizados. Novamente com a palavra, a Sra. Izabel respondeu aos questionamentos. Disse que a CORDE tem trabalhado em parceria com o Ministério da Saúde. Quanto à preocupação sobre a aquisição de próteses respondeu que isto faz parte da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Já quanto à questão de liberação de recursos, disse que o valor desses recursos para que ele possa de fato fazer a compra dos equipamentos faz parte de uma mesma tabela, a SIA (Sistema de Informações Ambulatorial do SUS). Comentou que a questão hierárquica da CORDE dificulta muito o desenvolvimento das ações. Falou da dificuldade em manter as audiências marcadas com os ministros que sempre priorizavam outros assuntos, mas frisou que em 2005 a questão da acessibilidade estava entre as prioridades da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Disse aos conselheiros que é necessário reforçar as áreas em cada um dos ministérios tendo uma pessoa técnica em cada um deles para apoiá-los no que tiverem dificuldade, já que é, segundo ela, absolutamente falacioso dizer que ela tinha um canal aberto com o Ministro da Saúde, do Trabalho ou com qualquer outro. Com relação à dificuldade das pessoas com deficiência de realizarem exames para a concessão da carteira de habilitação, disse que a denúncia já havia sido encaminhada ao CONTRAN, mas que a dificuldade agora estava na unificação das câmaras do DETRAN que debateram o assunto. Com relação ao orçamento, disse que os projetos que apoiados pela CORDE estão listados na página da Secretaria, sendo possível consultar cada projeto e quanto de recurso foi para cada um. Falou ainda que os recursos estão previstos nas ações dos programas. Revelou que não se tem apoiado projetos específicos da área da saúde, da educação, do trabalho. Na oportunidade, fez uma avaliação de todos os programas de transferência de recursos para os municípios. Esclareceu que os projetos que são encaminhados para a CORDE são estudados e analisados e que o papel da CORDE era o de analisar os critérios para conseguir realizar o que é permitido pelo orçamento. O Sr. Idari lamentou o fato da sobra de 25 mil reais não executados na cidade de Uberlândia. Disse que a CORDE tem aprovado e executado projetos com bons

resultados, mas que existem demandas inferiores a 25 mil reais que não são possíveis de realizar pelo impedimento da formação de conselhos no interior do Brasil. Disse ainda que o CONADE precisava assumir urgentemente o seu dever, enquanto o Conselho Nacional que traça a política pública no Brasil, no que se refere à questão do Turismo. A Sra. Madalena sugeriu incluir na pauta da próxima reunião a questão do turismo. Na seqüência, o Sr. presidente deu por encerrado os trabalhos do período da manhã convocando os conselheiros para a continuidade dos debates à tarde. Iniciado os trabalhos da tarde, a Sra. Izabel apresentou o Plano de Ação da CORDE para 2005. Disse que a complementação resultante do grupo de trabalho de políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência ficaria pronto naquele mês de março e seria apresentado ao Ministro. Falou que era prioridade o acompanhamento de alguns artigos do decreto da acessibilidade que ficaram para ser concluídos em prazos que variam de seis meses a um ano. Com relação a ANATEL, a participação da CORDE como o decreto determina tem um prazo de 12 meses a contar de 02 de dezembro do ano passado. Já o do IMETRO, quanto às normas técnicas referentes ao transportes rodoviários especialmente o ônibus urbano, que ainda não se tem uma legislação, há o prazo de 12 meses para a elaboração das regras e 24 meses para que todas as adaptações dos parques industriais de produção desse transporte coletivo urbano estejam adaptados. Continuou explicando que em relação ao transporte aquaviários não existe nenhuma regra na legislação brasileira nem na ABNT que regulem quais são os critérios de acessibilidade nesses transportes. Informou que quanto ao transporte rodoviário interestadual estava sendo concluído por um comitê específico da ABNT, já que o Ministério Público da União que instituiu um grupo de trabalho com Procuradores Federais que estavam com a missão específica de acompanhar o cumprimento do decreto. Informou que a Sra. Carolina Sanchez distribuiu um relatório sobre a convenção de proteção dos direitos humanos das pessoas com deficiências promovida pela ONU. Segundo ela, o Brasil estava ausente da discussão. Disse que a CORDE continuará como representante do país na comissão permanente da RIICOTEC. Quanto às câmaras técnicas sobre a aviação civil, disse ser um passo importante para

instaurar a comissão especial que determina o artigo 57 do Decreto. Quanto à câmara técnica de concursos públicos, disse que a Dra. Maria Aparecida Gugel estava preparando o material sobre o assunto. Já a câmara técnica de estatísticas sobre deficiência, comentou que era uma proposta do IBGE em parceria com a CORDE. Informou que em abril aconteceria a REATEC e que a CORDE estava buscando parceria para fazer um grande stand de informações e realizar um seminário na feira enfocando o tema acessibilidade. Disse que pretendem fazer a reunião das coordenadorias estaduais no mês de junho. A respeito do Plano Plurianual disse que os programas de defesa dos direitos e o programa nacional de acessibilidade estavam dentro dessas ações e que são apoiados por convênios com os estados, municípios e ONG's. Em seguida detalhou as ações planejadas para os assuntos parlamentares, a linha editorial da CORDE, o comparecimento à congressos, seminários, eventos e audiências, a implantação do sistema nacional de informações, a análise e acompanhamento de cooperação técnica da INFRAERO, a participação da CORDE em grupos de trabalho e a participação em outros órgãos como a SESU. Por fim demonstrou o balanço de recursos dos programas de acessibilidade e o de promoções de direitos. Em seguida o Sr. presidente abriu espaço para perguntas e colocações dos conselheiros. A Sra. Cândida pediu que se incluísse no planejamento a proposta de se transformar a CORDE em Secretaria. A Sra. Regina Barata sugeriu que o CONADE preparasse uma resolução apontando o orçamento necessário e realizar articulações para serem ouvidos. O Sr. Genézio disse que o orçamento apresentado traz dificuldades e afirmou que o CONADE deveria ter o seu próprio fundo. Para isso, sugeriu que se estabelecesse uma comissão provisória de orçamento e gestão para acompanhar o orçamento juntamente com a CORDE. O Sr. Sérgio concordou com a criação de uma comissão para apresentar e elaborar uma minuta de Projeto de Lei da criação de um fundo para o CONADE. Disse que posteriormente deveria ser planejada uma ação de articulação política junto aos deputados e à Secretaria para que encaminhasse esse projeto de lei para ser apreciado e aprovado. O Sr. Alexandre Baroni apoiou a proposta. O Sr. Marcos Bandeira explicou que quando o recurso é colocado em indisponibilidade só é liberado ao longo do tempo. Por

isso, sugeriu fazer um pedido ao Ministério do Planejamento para tornar os recursos disponíveis. Disse ainda que o assunto deveria ser levado à mídia em um trabalho de publicidade forte em rádios, outdoor, com a presença do deficiente para sensibilizar mais as autoridades. A Sra. Izabel respondeu às perguntas, tirando as dúvidas dos conselheiros. O Sr. Flávio Couto fez um elogio público à CORDE pela ação de fomentar a criação de conselhos municipais e conselhos estaduais e sugeriu a parceria com a Associação de Municípios que, segundo ele, é uma instância sempre pronta a trabalhar em projetos voltados para os municípios. O Sr. Genézio propôs a criação de uma comissão para analisar melhor o plano de ação e apresentar na próxima reunião para a aprovação. O Sr. Antônio Carlos Sestaro lembrou que havia um Projeto de Lei tramitando no Congresso no qual previa a criação desse fundo para o CONADE. O Sr. Artur Custódio propôs um acompanhamento mais permanente da execução orçamentária. Quanto à questão do DAC, sugeriu que se fizesse um pedido de prorrogação para que pudessem, em uma reunião mais ampliada, apurar melhor o caso. O Sr. Genézio disse que a comissão provisória de orçamento poderia ficar com o compromisso de acompanhar o PL e até apresentar uma proposta de fusão dos dois assuntos. O Sr. Emerson disse que a comissão poderia ser permanente ou provisória e abrangeria todos os assuntos financeiros. O Sr. Luiz Alberto informou que o Senador Flávio Arns tinha uma proposta parecida, a criação de um fundo formado com incentivo do imposto de renda de 1%. A Sra. Márcia disse que a criação da comissão do orçamento e sua definição como permanente ou temporário poderia ser incluída no regimento já que o mesmo ainda não havia sido aprovado. Alertou que, independente da criação da comissão naquele momento, o plano de ação da CORDE para 2005 teria que ser aprovado por conta dos prazos. A Sra. Ana Maria disse que a comissão não seria só para analisar o orçamento da Secretaria Especial de Direitos Humanos, mas de todas as políticas de todos os Ministérios inclusive a do BNDES. A Sra. Niusarete pediu que os conselheiros, representantes dos conselhos Estaduais e Municipais estivessem permanentemente acompanhando o orçamento e a execução dos projetos. O Sr. Waldir Macieira insistiu para que o plano de ação fosse antes analisado pela

comissão antes de ser aprovado em plenário. O Sr. presidente encaminhou então a votação para decidir se o plano de ação seria aprovado imediatamente no plenário ou se esperaria a criação da comissão para analisá-lo antes. Vinte e um Conselheiros votaram a favor da aprovação do plano de ação, houve duas abstenções. Em seguida o plano de ação da CORDE para 2005 foi aprovado com vinte votos a favor e três abstenções. Na votação sobre a criação da Comissão de Planejamento e Orçamento dezenove conselheiros foram a favor e quatro se abstiveram. Como não havia a possibilidade de criação de uma comissão provisória antes do regimento ser aprovado, a comissão ficou sendo temporária com intenção de ser transformada em permanente. O Sr. Rodrigo Malta sugeriu uma composição de oito membros da comissão. Passou-se então para a composição da Comissão aprovada, observando a paridade, ou seja, igual número de membros da Sociedade Civil e do Governo. A Sra. Madalena apoiou a proposta do Sr. Luis Alberto de uma composição de quatro pessoas. Após votação, a comissão ficou instituída com a composição de quatro elementos. Da sociedade civil ficaram os conselheiros Alexandre Baroni, pela CVI-Brasil e a conselheira Regina Barata, pela ONEDEF. Do lado dos órgãos governamentais ficaram as conselheiras Ana Maria, secretária do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Sr. Marcos Bandeira, do Ministério do Transporte. Na seqüência, passou-se para o item de pauta Plano de Ação do CONADE para 2005 e 2006. O Sr. presidente detalhou então os três pontos prioritários do plano de ação. O primeiro, o fortalecimento do CONADE com um curso de capacitação de dois dias no Instituto Israel Pinheiro para promover uma melhor integração entre os conselheiros. O segundo, a implementação e fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais, com a realização de reuniões regionais para mapear a realidade concreta desses conselhos e prepará-los para a Conferência. E o terceiro ponto, a realização da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Lembrou que o plenário havia aprovado em setembro, que se colocasse no regimento a realização da conferência de dois em dois anos, com a primeira prevista para 15 de Dezembro de 2005. A Sra. Márcia disse que a dra. Flora, consultora indicada pela Secretaria Geral da Presidência da República,

sugeriu, por experiência, que o evento fosse realizado no mínimo em dois dias. A Sr. Regina cobrou empenho e presença dos ministérios nas deliberações do CONADE. O Sr. Idari defendeu o treinamento, como forma de capacitação para os conselheiros para tratarem com propriedade dos temas debatidos. O Sr. Arthur Custódio sugeriu que a capacitação deveria ser separada da pauta do Conselho. Disse que se os ministérios não cumprirem o planejamento deveria ser o Ministério Público o órgão a denunciar aos Conselhos. O Sr. Waldir Macieira solicitou que a Sra. Flozilene repasse a reivindicação para a dra. Ela para que ela oficializasse o pedido e notificasse os ministérios afim de que possam tomar providência nesse sentido já que houve uma deliberação no CONADE. A Sra. Ana Maria disse que o Conselho Nacional de Assistência Social tem uma prática de realizar reuniões por região, que chamam reunião descentralizada e ampliada. O Sr. Alexandre informou que o procedimento é enviar um aviso assinado pelo ministro e endereçado aos outros ministros com o Decreto em anexo. O Sr. Sérgio disse que a capacitação deve qualificar o CONADE para que o conselho atue com qualidade. Sugeriu que o tema metodologia de reuniões participativas, fosse incluído no programa, bem como o detalhamento de criação dos Conselhos e a dinamização dos conselhos municipais. O Sr. presidente encaminhou então a votação. Foi aprovada por dezenove votos a realização da reunião de capacitação do CONADE para os dias onze a treze de abril no Instituto Israel Pinheiro, em Brasília. A questão da regionalização ficou para ser desenvolvida durante a própria capacitação dos conselheiros. O Sr. Idari sugeriu que durante o ano de 2005 fosse feito um trabalho de estruturação da Conferência junto aos municípios e aos estados e que a Conferência Nacional acontecesse mesmo em 2006 já que estavam no mês de março. O Sr. Rodrigo Malta defendeu a realização da conferência em 2005. O sr presidente encaminhou então as duas propostas para realização da conferência para votação. Catorze conselheiros votaram a favor da realização da conferência a cada dois anos, com a primeira em 15 de Dezembro de 2005. Sendo aprovada esta proposta. Na seqüência, o próximo assunto a ser tratado foi a Análise do Regimento Interno. O Sr. presidente apresentou o Decreto, com caráter de urgência, para ser publicado pelo ministro com toda a estrutura da

conferência. Disse que devia ser paritária. O Sr. Sestaro perguntou se o orçamento da conferência estava previsto na CORDE. O Sr. Alexandre Baroni se manifestou contra a proposta de que a comissão de articulação de conselhos fosse responsável pela conferência. O Sr. Artur Custódio disse que o plenário deveria discutir logo sobre o orçamento para não acontecer o mesmo ocorrido com o Conselho Nacional de Saúde, que não teve orçamento previsto por conta da antecipação. A Sra. Regina lembrou o fato de que 2006 é ano eleitoral e ficaria difícil realizar algum evento no segundo semestre. O Sr. Sestaro sugeriu uma nova votação porque não havia sido feita argumentação da proposta que foi rejeitada em plenário. O Sr. Baroni esclareceu que ele não teria reclamado da proposta da conferência ser realizada em dois anos, começando em 2005 e terminando em 2006. O Sr. Sérgio sugeriu que a conferência fosse de três em três anos. O Sr. presidente encaminhou então para uma nova votação: a revisão da plenária com relação a data de realização da conferência e quanto a periodicidade. Por 16 votos a favor e um contra, foi aprovado pela plenária a retomada das discussões para a revisão da conferência. Pela revisão da matéria e de acordo com a votação, ficou aprovada, que a conferência será realizada até junho de 2006. A Sra. Ana Maria sugeriu que a Comissão de Articulação do Conselho pautasse mensalmente para as reuniões o andamento dos trabalhos realizados em preparação à Conferência. A Sra. Madalena solicitou que a questão da periodicidade fosse votada logo para fazer parte do regimento. O Sr. Mauro Pena lembrou que a questão é um dos itens do Estatuto. Questão de ordem: Foi lembrado que para alterar a periodicidade e se esta fosse constar no Regimento, era necessário modificar o texto do regimento o que não seria possível naquele momento por falta de quorum mínimo. O Sr. presidente encaminhou então a discussão da periodicidade para a próxima reunião. A Sra. Cândida lembrou que os conselhos estaduais e municipais estavam aguardando o resultado desta reunião para começarem os preparativos. Disse que, no entanto, as reuniões regionais seriam realizadas como uma pré-conferência. Propôs que esse encontro acontecesse nos dias 11 a 13 de abril. Sugeriu também que já comesçassem a preparar a minuta do Decreto, baseado nos decretos anteriores. Também disse

que precisariam planejar a participação dos observadores, convidados e delegados. O Sr. Arthur Custódio pediu que a articulação política fosse usada somente em último caso. Alertou a respeito do orçamento previsto para a Conferência não poder ser transferido para 2006. Sugeriu que parte do orçamento de 2005 fosse usado na articulação das conferências estaduais. O Sr. presidente encaminhou a votação da proposta de que a Comissão de Articulação de Conselhos assumisse o compromisso e a responsabilidade do planejamento, organização e execução da próxima Conferência Nacional das pessoas com deficiência. A proposta foi aprovada com dezesseis votos a favor. Pela proposta aprovada em plenário, a comissão definirá os membros podendo convidar quantas pessoas forem necessárias para auxiliarem os trabalhos. Também a coordenação do evento será definida pela comissão. O Sr. Waldir sugeriu que o material a ser preparado para a Conferência fosse adaptado para ser de acesso às pessoas com algum tipo de deficiência. Disse que foram incluídas no Regimento as opiniões sugeridas pelos conselheiros. Solicitou aos conselheiros analisarem com atenção o Regimento distribuído e pediu que os assuntos mais polêmicos fossem anotados para serem debatidos na reunião seguinte, bem como as emendas aditivas ou modificativas. Disse que achava possível aprovar o regimento na reunião seguinte do CONADE. Logo após, comentou alguns pontos do Regimento, explicando-os aos conselheiros. Lembrou que, conforme decisão da plenária, incluiria a nova comissão de planejamento e orçamento, com suas competências. Solicitou que a reunião da comissão fosse realizada no dia posterior à reunião de capacitação para que preparassem a proposta a ser apresentada na plenária de maio. A Sra. Cláudia Griboski sugeriu incluir na pauta da reunião seguinte um colóquio dos representantes do governo informando à sociedade civil, algumas ações que acontecem, como a proposta do Decreto de Lei de Libras. Lembrou aos conselheiros que a consulta pública iria até o dia 13. Informou que seria no dia 14 de março o curso de Revisor Braille no Instituto Benjamim Constant, no Rio de Janeiro. O Sr. presidente encaminhou então a proposta da reunião da comissão para os dias seguintes à plenária sobre capacitação. Ficou aprovado que após o curso de capacitação, o grupo temático que aprecia o Estatuto da Pessoa

Portadora de Deficiência, ficaria mais dois dias em Brasília. A Sra. Madalena explicou que não é recusado nenhum assunto solicitado pelos conselheiros para inserir em pauta, mas que é feita uma análise de importância para definir as prioridades. O sr presidente lembrou que o momento oportuno para se definir a pauta era de até 15 dias antes da reunião. Então as sugestões deveriam ser encaminhadas sempre observando este prazo. Solicitou que as pautas fossem enviadas neste prazo para que os conselheiros tivessem ciência dos assuntos antecipadamente. Não tendo mais nada a ser tratado, o Sr. presidente encerrou a reunião plenária agradecendo a presença de todos e solicitando que todos tivessem acesso às Atas das reuniões anteriores que seriam postas em votação na reunião seguinte. Para constar, esta ata, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. presidente do CONADE.

ADILSON VENTURA

Presidente do CONADE